



RESPOSTA À DILIGÊNCIA

À

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO - CGU

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90005/2025 - Processo Administrativo nº 00190.102224/2025-21

DADOS DA EMPRESA	
SEDE	
Razão Social: HITSS DO BRASIL SERVIÇOS TECNOLÓGICOS LTDA.	CNPJ: 11.168.199/0001-88
Inscrição Estadual e Municipal: 87.314.413/0.453.404-2	
Endereço: Av. Presidente Vargas, 1012 8º andar – Centro Rio de Janeiro, RJ– CEP:20071-910	
E-mail: licitacoes_hitss@globalhitss.com.br	Telefone: (61) 99247-7692
Banco: Bradesco – 237 Agência: 2704-9 Conta: 5101-2	https://globalhitss.com/
Brasília	
Setor Comercial Sul, Quadra 5, Bloco D, 2º andar - Asa Sul – Brasília – CEP: 70328-900	

Em resposta à Diligência nº 7, a empresa HITSS DO BRASIL SERVIÇOS TECNOLÓGICOS LTDA., vem através de seu representante legal abaixo assinado, tempestivamente, apresentar as respostas aos pedidos formulados por esta CGU.

1. Abas - Arquiteto de Software e Desenvolvedor de Software: Férias e Adicional de Férias:

Pedido: A O fornecedor alterou o item B do submódulo 2.1 e considerou o percentual de 12,10% como subtotal do somatório do 13º salário (8,33%) e Adicional de Férias (3,77%). Já no submódulo 4.1 (Ausências Legais) continua indicando um percentual de 8,33% para "Férias". Dessa forma, solicita-se esclarecimento e/ou retificação quanto a composição dos referidos itens.

Resposta:

A planilha em questão foi elaborada com base no modelo disponibilizado pela Controladoria-Geral da União (CGU) para o Pregão Eletrônico nº 04/2023 (Processo nº 00190.105180/2023-20).

No modelo original, os valores referentes a Férias e Adicional de Férias são apresentados em submódulos distintos (4.1 e 2.1, respectivamente). Para



atender à nova solicitação da CGU de representar a taxa única de 12,10% em um único submódulo e mantendo os valores finais da proposta, encaminhamos em anexo a versão 3 da Planilha de Formação de Custos, onde o item “Férias” foi realocado do SUBMÓDULO 4.1 - Ausências Legais para o SUBMÓDULO 2.1 - 13º Salário, Férias e Adicional de Férias.

Ressalta-se que, embora inicialmente distribuídos em submódulos diferentes, os valores totais permanecem integralmente representados. O SUBMÓDULO 2.1 inclui também o 13º Salário, calculado à alíquota de 8,33%, conforme detalhado na aba “TABELA APOIO”.

2. INSS EMPREGADOR

Questionamento: Nas Guias de Pagamento DCTFWeb de maio, junho e julho de 2025 apresentadas pela empresa foram identificados apenas o código 1138 - Contribuição Previdenciária Patronal, no entanto, não constam os códigos 2985 ou 2991 de CPRB. Logo os documentos apresentados não comprovam a aplicação do regime de desoneração da folha de pagamentos. Assim solicita-se esclarecimentos ou apresentação de novos documentos que comprovem a aplicação do regime de desoneração da folha de pagamentos.

Resposta: Seguem em anexo os comprovantes de recolhimento da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB), devidamente identificados com os códigos de recolhimento 2985 e/ou 2991, referentes aos períodos de maio, junho e julho de 2025.

3. SEGURO DE ACIDENTE DE TRABALHO (SAT/RAT x FAP)

Pedido: A empresa esclareceu e demonstrou os valores do RAT (2%) e do FAP (1,3660) totalizando um percentual de SAT de 2,73%, no entanto, esse percentual só foi atualizado na aba “TABELA DE APOIO”. O percentual SAT continua em 1% nas abas “Arquiteto Sênior” e “Desenvolvedor Sênior”. Dessa forma, solicita-se esclarecimento e/ou retificação quanto a composição do referido item.

Resposta: Informamos que realizamos a retificação na versão 3 da Planilha de Formação de Custos em anexo. O percentual de 2,73% do SAT (RAT e FAP) foi devidamente uniformizado em todas as abas da planilha. Ressaltamos que esse foi um ajuste que não impactou o valor total da proposta, que permanece o mesmo anteriormente enviado.



4. Documentos previstos no item 12.3 do Termo de Referência e item 7.17 do Edital nº 52/2025

Questionamento: Diferente de outras análise e desclassificações pretéritas a licitante cuidou de apresentar o Primeiro Termo de Apostilamento ao Contrato nº 32/2023, celebrado com a CGU, que indica a CCT 2024/2025 (CCT nº DF000783/2024) como referência. Diante disso, torna-se razoável a concessão de dilação de prazo para apresentação da Declaração/Carta de Vínculo solicitada junto ao SINDPD-DF.

Resposta:

Em respeito ao item 7.17.2 do Edital e ao Acórdão 1207/2024 do TCU, informamos que, apesar do entendimento diverso por parte da CGU, estamos concentrando todos os esforços para obter a carta exigida junto ao SINDPD-DF.

Desde a primeira diligência, onde foi passado o entendimento de que a exigência é obrigatória, e não opcional, estamos mantendo contato constante com o Sindicato via telefone e e-mail (conforme histórico anexo), buscando um posicionamento.

Ressaltamos que a interpretação atual da CGU tem se mostrado complexa e parece contradizer o próprio espírito do acórdão do TCU. Embora apoiemos o objetivo de resguardar os profissionais mediante a vinculação à CCT, a forma de comprovação solicitada representa um grande desafio operacional para as empresas e, principalmente, para os próprios Sindicatos.

Dada a quantidade de empresas de TI no Brasil, a necessidade de obter uma declaração específica para cada licitação pode se tornar um obstáculo significativo, podendo restringir a competitividade dos certames.

Ademais, os Sindicatos não são obrigados a emitir tal declaração, não possuindo processos ou prazos estabelecidos para tal. Essa falta de padronização pode levar a arbitrariedades, onde a emissão do documento pode ser feita de forma discricionária, privilegiando algumas empresas em detrimento de outras.

O egrégio TCU, no citado acórdão (item 9.2.3.2), estabeleceu que é suficiente a apresentação de opcional de cópia da carta ou registro sindical do Sindicato:



“cópia da carta **ou** registro sindical do sindicato a qual ele declara ser enquadrado”, grifo nosso.

Conforme explicitado no próprio acórdão, o foco do Tribunal é validar o cadastro do Sindicato no Ministério do Trabalho - MTE, e não a obtenção de uma carta específica para a empresa. A carta sindical, disponível publicamente no site do MTE mediante consulta pelo CNPJ do sindicato, comprova:

- A personalidade jurídica da entidade;
- Sua base territorial;
- A categoria profissional que representa.

Portanto, este documento não envolve custos ou burocracia para sua obtenção, não possuindo caráter restritivo – ao contrário do que estamos experienciando com o SINDPD-DF.

Segue abaixo trecho do referido Acórdão que descreve as medidas base para a requisição apresentada no Item 7.17. e seus subitens do Edital:

*“Sugere-se, como **primeira medida preventiva**, que o edital licitatório para contratação de serviços terceirizados com dedicação exclusiva de mão de obra traga a exigência de que o licitante entregue junto com sua proposta de preços uma declaração informando o enquadramento sindical da empresa, a atividade econômica preponderante e a justificativa para adoção do instrumento coletivo do trabalho em que se baseia sua proposta.*

*Saliente-se que a exigência **acima não constitui condição de habilitação da licitante** (art. 62 e ss. da Lei 14.133/2021), mas compõe a proposta da empresa, na qualidade de elemento informativo que complementa a planilha de custos e formação de preços.*

*Como **segunda medida**, o edital deve exigir do licitante a apresentação de cópia da carta **ou** registro sindical do sindicato a qual ele declara ser enquadrado, em razão do regramento do enquadramento sindical previsto na CLT ou por força de decisão judicial.*

A carta ou registro sindical é um documento emitido pelo Ministério do Trabalho e Emprego que concede personalidade jurídica sindical para as

entidades que cumprem as formalidades legais, habilitando-as para a representatividade legal da categoria.

Por meio da carta sindical, será possível identificar a base territorial do sindicato, verificar a razão social do sindicato e a categoria que o sindicato representa e sua abrangência, o que permite entender o enquadramento sindical da empresa.

Não há custos ou burocracia para obter uma cópia desse documento, disponível no site do Ministério do Trabalho e Emprego, bastando digitar o número do CNPJ do sindicato para a emissão da carta, de modo que essa exigência não apresenta caráter restritivo.”, grifo nosso.

Conforme a interpretação acima, consideramos que a carta de registro sindical do SINDPD-DF no MTE, já encaminhada, é suficiente para atender ao item 7.17.2 do Edital e ao Acórdão 1207/2024 do TCU.

Paralelamente, continuamos nossos esforços para obter a carta específica junto ao SINDPD-DF. Contudo, fomos informados de que o Sindicato estará em evento e só retornará com suas atividades normais a partir de 27/08.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das respostas e dos esclarecimentos apresentados, reiteramos o compromisso da HITSS DO BRASIL em atender integralmente às exigências do edital e às determinações da CGU.

Conforme demonstrado, todos os ajustes solicitados foram prontamente realizados, mantendo a integridade dos valores da proposta original e a estrita observância aos critérios legais e normativos.

No que tange à exigência específica da carta de vínculo sindical, mantemos nossa convicção de que a documentação já apresentada – a carta de registro sindical pública do SINDPD-DF – atende plenamente ao disposto no Acórdão 1207/2024 do TCU, embora continuemos empenhados em obter a declaração específica tão logo o sindicato retome suas atividades.

Reafirmamos, portanto, a regularidade de nossa proposta e nossa plena capacidade para a execução do objeto licitado, confiando na anuência desta Controladoria-Geral quanto aos esclarecimentos prestados.



Colocamo-nos à disposição para eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários.

Brasília-DF, 25 de agosto de 2025.

FILIPPE BARBOSA DE ALMEIDA

Gerente de Negócios

CPF: 094.280.686-75

filipe.almeida@globalhitss.com.br

CEL: 61 99247-7692